

Planalto avalia moratória para Estados

- 9 JUL 1996

Governadores teriam 90 dias de trégua, antes da apresentação de solução definitiva

CHRISTIANE SAMARCO

BRASÍLIA — O governo federal poderá conceder uma moratória de 90 dias para desafogar os Estados que estão à beira da falência e, ao final destes três meses, apresentar a proposta definitiva do Executivo para resolver o problema do endividamento. Técnicos da área econômica já sinalizaram aos Estados que a medida atingirá apenas quem compromete pelo menos 20% da receita líquida com o pagamento das dívidas. A lista inclui Mato Grosso, que deve dois meses de salário atrasado aos servidores estaduais, e R\$ 2,2 bilhões à União.

Com 46% da arrecadação orçamentária do Estado comprometido com os pagamentos ao Tesouro e instituições financeiras federais, o governador mato-grossense, Dante de Oliveira, desembarcou ontem em

Brasília decidido a cobrar um programa de ajuste fiscal para os Estados e municípios endividados. Os antecessores de Dante pagaram à União R\$ 430 milhões no período de 1988 a 1994. Nos 17 meses de governo, Dante já pagou R\$ 322 milhões e não se conforma.

O governador decidiu vir a Brasília depois que os técnicos do Banco Mundial, que passaram uma semana examinando o programa de estabilização de Mato Grosso, declararam a dívida "impagável". Os R\$ 322 milhões já pagos ao governo equivalem a oito folhas de salário do funcionalismo estadual. "Estou modernizando, privatizando o banco estadual e a companhia de eletricidade, extinguindo três empresas e não consigo pôr os salários em dia", desabafou o governador.

Redução — Quando assumiu o governo, os 57 mil servidores estaduais

consumiam 91% da receita líquida do Estado. Hoje, o funcionalismo estadual soma 46 mil trabalhadores e a folha de salários corresponde a 76% da receita. "Desde abril, eu estou governando só com o que o Estado arrecada", protestou Dante. Os repasses do Fundo de Participação dos

Estados nem saem da União para pagar o principal de um empréstimo tomado em 1995, completo.

"Sou o único governador do País que só governa com o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Servi-

ços)", lamentou Dante. O ICMS lhe rende R\$ 50 milhões mensais, mas descontados R\$ 38 milhões de salários, R\$ 14 milhões de repasse ao Judiciário e Legislativo e R\$ 9 milhões com custeio e contrapartidas de convênio, só sobram dívidas.

DANTE
PRESSIONA POR
PROGRAMA
FEDERAL

■ *Mais sobre a situação financeira dos Estados na página A9*